



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 236/2023

Institui a Bolsa Permanência EJA Municipal, destinada à concessão de auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados e frequentes na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA no município do Recife.

Art. 1º Fica instituída a Bolsa Permanência EJA Municipal, destinada à concessão de auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados e frequentes na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA no município do Recife.

Art. 2º A Bolsa Permanência EJA Municipal terá como objetivos manter as condições de permanência do estudante no EJA por meio do auxílio em atividades de estudo e pesquisa, bem como em despesas com:

- I - alimentação;
- II - transporte;
- III - vestuário; e
- IV - assistência médica e psicológica.

Art. 3º O valor da Bolsa Permanência EJA Municipal será fixado por decreto do Poder Executivo Municipal, e deverá ser reajustado para a garantia de seu valor.

Art. 4º Caso o estudante seja mãe solo ou pessoa com deficiência, o valor da Bolsa Permanência EJA Municipal será dobrado.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Art. 5º A Bolsa Permanência EJA Municipal será devido aos estudantes que apresentarem frequência mínima obrigatória e participação nas aulas, conforme decreto regulamentar.

Art. 6º A Bolsa Permanência EJA Municipal poderá ser acumulada com outros benefícios sociais, tais quais o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Art. 7º As despesas geradas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal do Recife, 25 de Setembro de 2023.

LIANA CIRNE
Vereadora - PT





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

JUSTIFICATIVA

Esta Matéria tem a finalidade garantir a instituição da Bolsa Permanência EJA Municipal, destinada à concessão de auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados e frequentes na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA no Município do Recife.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feito em 2022 verificou que 5,6 % das pessoas com 15 anos ou mais, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas. Ainda de acordo com o Censo, analisando por cor e raça as diferenças na taxa de analfabetismo temos na cor branca um percentual de 3,4% e na cor preta ou parda 7,4%. Na população com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo se eleva para 16%.

De acordo com o levantamento feito com 833 mil moradores do estado, no segundo semestre de 2022, o estado de Pernambuco tem o dobro da média de analfabetismo no Brasil, com uma taxa de 5,6%. O percentual entre pretos e pardos é de 12,1%, e o grupo mais negligenciado é a população idosa, com 30,1%, totalizando 420 mil pessoas entre as pessoas analfabetas do Estado.

Já na Região Metropolitana do Recife, 5,2% da população é analfabeta, com idades de 15 anos ou mais e 13,5% da população idosa com 60 anos ou mais é analfabeta.

O programa de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem como público-alvo pessoas que não completaram, abandonaram ou não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada.

O estudante do EJA tem diversas dificuldades por inúmeros fatores, por isso muitos estudantes abandonam a sala de aula. A Bolsa Permanência proposta garante o acesso à escola, bem como a permanência dos estudantes nesse espaço.

O acesso à educação é direito fundamental social, previsto nos artigos 6º e 206º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, de forma que é corolário da dignidade humana e da cidadania, também previstos no Texto Constitucional. A concessão de auxílios financeiros, além de permitir que mais pessoas tenham acesso à





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

educação, ajuda a aumentar a diversidade e a inclusão em instituições de ensino e em campos profissionais.

As despesas decorrentes da Lei proposta correrão à conta das dotações orçamentárias previstas dentre os gastos da Educação, inclusive os gastos mínimos. Os valores serão fixados, e os recursos serão alocados no orçamento, pelo Poder Executivo, nos programas e ações respectivos.

Tal Proposição se inspira no Projeto de Lei nº 2.012/2023, em trâmite na Câmara dos Deputados, e no Projeto de Lei nº 3.392/2022, do Município de Altamira-PA.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres Pares desta Casa Legislativa a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal do Recife, 25 de Setembro de 2023.

LIANA CIRNE
Vereadora - PT

